



## **AJUSTE DIRETO**

**Emp\_DPGOM\_2025\_008 – Reabilitação dos Edifícios Habitacionais denominados de Paróquias de Alcanena, Minde e Vila Moreira, Pré-Fabricado de Vila Moreira e Lavadouros de Alcanena**

## **CONVITE**

(nos termos do artigo 115.º conjugado com a alínea a) do nº1 do artigo 24º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29/01 na sua atual redação (20ª versão do diploma contendo o Decreto-Lei n.º 54/2023, de 14 de julho)

**PREÇO BASE: 2 489 982,62 €**

(dois milhões quatrocentos e oitenta e nove mil novecentos e oitenta e dois euros e sessenta e dois cêntimos)



## Índice

Artigo 1.º – Identificação do Concurso.....	4
Artigo 2.º – Identificação e Endereço da Entidade Adjudicante .....	4
Artigo 3.º – Consulta e Fornecimento de Peças do Procedimento.....	5
Artigo 4.º – Impedimentos .....	5
Artigo 5.º – Agrupamentos .....	5
Artigo 6.º – Esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais .....	6
Artigo 7.º – Prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas .....	7
Artigo 8.º – Preço Base .....	7
Artigo 9.º – Prazo de execução da obra .....	7
Artigo 10.º – Documentos da Proposta.....	7
Artigo 11.º – Idioma dos documentos da proposta .....	9
Artigo 12.º – Propostas Variantes.....	9
Artigo 13.º – Prazo para a manutenção das propostas.....	9
Artigo 14.º – Apresentação das Propostas .....	9
Artigo 15.º – Retirada de Proposta .....	10
Artigo 16.º – Leilão eletrónico.....	10
Artigo 17.º – Critério de adjudicação .....	10
Artigo 18.º – Adjudicação por lotes.....	10
Artigo 19.º – Visita ao local dos trabalhos .....	11
Artigo 2.º – Retirada das propostas.....	11
Artigo 21.º – Lista dos concorrentes.....	12
Artigo 22.º – Negociação.....	12
Artigo 23.º – Esclarecimentos e suprimimento de propostas.....	12
Artigo 24.º – Abertura de Propostas .....	12
Artigo 25.º – Relatório Preliminar ( <b>Não aplicável</b> ).....	13
Artigo 26.º – Audiência Prévia ( <b>Não aplicável</b> ) .....	13
Artigo 27.º – Relatório Final ( <b>Não Aplicável</b> ) .....	13
Artigo 28.º – Decisão de Adjudicação.....	13
Artigo 29.º – Notificação da decisão de Adjudicação .....	13
Artigo 30.º – Não Adjudicação.....	14
Artigo 31.º – Documentos de Habilitação .....	14
Artigo 32.º – Apresentação de documentos de habilitação por agrupamentos .....	15
Artigo 33.º – Não apresentação dos documentos de habilitação .....	16
Artigo 34.º – Caução para garantir o cumprimento de obrigações.....	16
Artigo 35.º – Não prestação de caução .....	16
Artigo 36.º – Caducidade da adjudicação.....	16
Artigo 37.º – Aprovação e aceitação da minuta do contrato .....	17
Artigo 38.º – Redução do contrato a escrito .....	17
Artigo 39.º – Encargos do concorrente .....	17
Artigo 40.º – Sigilo.....	17
Artigo 41.º – Novas Obras ( <b>Não aplicável</b> ) .....	17
Artigo 42.º – Tratamento de dados pessoais no âmbito do concurso .....	18
Artigo 43.º – Gestor do contrato .....	18
Artigo 44.º – Pareceres .....	18
Artigo 45.º – Legislação aplicável.....	18
ANEXO I .....	19
ANEXO II .....	21



ANEXO III.....	22
ANEXO IV.....	23
ANEXO V.....	24
ANEXO VI.....	25
ANEXO VII.....	26
ANEXO VIII.....	27



## CONVITE

### Artigo 1.º – Identificação do Concurso

1. O presente concurso, elaborado ao abrigo do disposto no CCP (Código dos Contratos Públicos), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua atual redação, (20ª versão do diploma contendo o Decreto-Lei n.º 54/2023, de 14 de julho), tem por objeto a realização da empreitada **Emp\_DPGOM\_2025\_008 – Reabilitação dos Edifícios Habitacionais denominados de Paróquias de Alcanena, Minde e Vila Moreira, Pré-Fabricado de Vila Moreira e Lavadouros de Alcanena**, localizado em:
  - a. Paróquia de Alcanena – Rua Professor Abílio de Matos, Alcanena, União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira;
  - b. Paróquia de Minde – Rua das Cáritas, Minde, freguesia de Minde;
  - c. Paróquia de Vila Moreira – Rua de Vila Moreira, Vila Moreira, União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira;
  - d. Pré-Fabricado de Vila Moreira – Rua Gago Coutinho, Vila Moreira, União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira;
  - e. Lavadouros de Alcanena – Ponte de Pau Rua Dr. Manuel Arriaga, Alcanena, União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira;
2. O presente procedimento por Ajuste Direto é efetuado nos termos do disposto na alínea na alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º do CCP.
3. A empreitada **Emp\_DPGOM\_2025\_008 – Reabilitação dos Edifícios Habitacionais denominados de Paróquias de Alcanena, Minde e Vila Moreira, Pré-Fabricado de Vila Moreira e Lavadouros de Alcanena**, consiste essencialmente em trabalhos das seguintes especialidades, conforme peças dos projetos de execução:
  - Arquitetura e Acessibilidades;
  - Estabilidade;
  - Abastecimento de Água;
  - Drenagem de Águas Residuais domésticas e pluviais;
  - ITED;
  - Eletricidade;
  - AVAC;
  - Comportamento Térmico;
  - Condicionamento Acústico;
  - Segurança Contra Incêndios;
  - Arranjos Exteriores.
  - Prevenção e gestão de resíduos de construção.
  - Plano de Segurança e Saúde.

### Artigo 2.º – Identificação e Endereço da Entidade Adjudicante

A entidade pública adjudicante é o **Município de Alcanena**, pessoa coletiva n.º 500 745 773, sede em Edifício dos Paços do Concelho, Praça 8 de Maio, 2380-037 Alcanena, com os seguintes contactos:

Telefone: +351 249 889 010;

Email: [geral@cm-alcanena.pt](mailto:geral@cm-alcanena.pt);



Website oficial: <http://www.cm-alcanena.pt>.

### **Artigo 3.º – Consulta e Fornecimento de Peças do Procedimento**

1. As peças do procedimento serão **integralmente disponibilizadas de forma livre e gratuita** na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública, AcinGov, acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>, a partir da data de publicação do respetivo anúncio na 2.ª série do Diário da República.
2. As peças procedimentais que não possam, total ou parcialmente, ser disponibilizadas sem restrições de acesso, designadamente por motivos de segurança, são disponibilizadas por outros meios adequados, que devem ser indicados aos interessados.
3. Quando, por qualquer motivo, as peças do procedimento não tiverem sido disponibilizadas, nos termos do disposto no n.º 1, desde o dia da publicação do anúncio, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, oficiosamente ou a pedido dos interessados, no mínimo pelo período equivalente ao do atraso verificado.
4. A decisão de prorrogação prevista no número anterior cabe ao órgão competente para a decisão de contratar e deve ser junta às peças do procedimento e notificada a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquela decisão, nos mesmos termos em que foi publicitado o anúncio do procedimento.
5. As peças do concurso também se encontram patentes em formato de papel na DPGOM – Divisão de Planeamento e Gestão de Obras Municipais, do Município de Alcanena, no Edifício dos Paços do Concelho, Praça 8 de Maio, 2380-037 Alcanena, onde podem ser consultadas (horário expediente: 9h às 12:30h e das 14:00h às 17:30h).

Os contactos para efeito do presente concurso são os seguintes:

Telefone: +351 249 889 010 (geral);

Telefone: +351 249 889 022 (DPGOM);

Correio Eletrónico: [obras.municipais@cm-alcanena.pt](mailto:obras.municipais@cm-alcanena.pt)

6. O processo do concurso é constituído pelas peças:
  - O presente **Convite**, incluindo anexos;
  - O **Caderno de Encargos**, incluindo os Projetos de Execução dos Edifícios Habitacionais denominados de Paróquias de Alcanena, Minde e Vila Moreira, Pré-Fabricado de Vila Moreira e Lavadouros de Alcanena.

### **Artigo 4.º – Impedimentos**

**Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento** as entidades que se encontrem em qualquer das situações indicadas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo da relevação dos impedimentos nos termos do artigo 55.º-A do CCP.

### **Artigo 5.º – Agrupamentos**

1. Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.



2. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos, nem integrar outro agrupamento concorrente.
3. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na **modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária**.

#### **Artigo 6.º – Esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais**

1. **No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas**, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, na plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>;
2. Consideram-se erros e omissões das peças do procedimento nos termos do n.º 2 do art.º 50.º do CCP, os que digam respeito a:
  - a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
  - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
  - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
  - d) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.
3. A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do número anterior e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.
4. O incumprimento do dever de identificar erros e omissões a que se referem os números anteriores tem a consequência prevista no n.º 3 do artigo 378.º do CCP.
5. **Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas**, ou até ao prazo fixado no convite ou no programa de concurso:
  - a) Os Serviços da DPGOM o órgão competente para a decisão de contratar, presta os esclarecimentos solicitados;
  - b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, **considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites**.
6. O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto na alínea b) do número anterior.
7. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 5, ou até ao final do prazo de entrega de candidaturas ou propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP, quanto à prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas.
8. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada



pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.

9. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

### **Artigo 7.º – Prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas**

1. Quando as retificações ou os esclarecimentos previstos no artigo 50.º do CCP sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.

2. Quando as retificações ou a aceitação de erros ou de omissões das peças do procedimento referidas no artigo 50.º do CCP, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.

3. A pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha adquirido as peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.

4. As decisões de prorrogação nos termos do disposto nos números anteriores cabem ao órgão competente para a decisão de contratar e devem ser juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquelas decisões, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 130.º do CCP.

### **Artigo 8.º – Preço Base**

O Preço Base do concurso para a presente empreitada é de **2 489 982,62 €** (dois milhões quatrocentos e oitenta e nove mil novecentos e oitenta e dois euros e sessenta e dois cêntimos) acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

### **Artigo 9.º – Prazo de execução da obra**

1. **O prazo máximo de execução é de 450 dias**, a contar da data da consignação total ou da primeira consignação parcial ou ainda da data em que o Dono de Obra comunique ao empreiteiro a aprovação do Plano de Segurança e Saúde, nos termos previstos na lei, caso esta última data seja posterior.

### **Artigo 10.º – Documentos da Proposta**

1. A proposta do concorrente é constituída pelos seguintes documentos:

a) **Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos**, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do CCP e apresentado em Anexo I deste convite.

A declaração deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.





Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

b) **Indicação do preço total**, apresentado nos termos do modelo do **Anexo III** ao presente Convite.

c) **Lista de preços unitários** de todas as espécies de trabalho previstas no projeto de execução.

d) **Os preços parciais dos trabalhos** que se propõe executar correspondentes às habilitações contidas nos alvarás ou nos certificados de empreiteiros de obras públicas ou nas declarações emitidas pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P., devem ser indicados na proposta (n.º 4 do art.º 60.º do CCP).

No caso de agrupamentos concorrentes, devem estes, para o efeito, indicar na proposta os preços parciais dos trabalhos que cada um dos seus membros se propõe executar.

e) **Memória justificativa e descritiva** do modo de execução da obra, indicando também a organização prevista para a execução dos trabalhos, bem como a descrição dos métodos construtivos a aplicar e os aspetos técnicos ou outros que sejam considerados essenciais à execução da empreitada. Nesta memória o concorrente especificará os aspetos técnicos que considere essenciais na sua proposta e cuja rejeição implicaria a sua ineficácia;

f) **Programa de trabalhos**, incluindo plano de trabalhos, plano de mão-de-obra e plano de equipamento, constituído por:

f.1) **Plano de trabalhos**, tal como definido no n.º 1 do art.º 361.º do CCP, composto por memória descritiva e justificativa do modo e sequência de execução dos trabalhos que integram a empreitada, bem como dos trabalhos preparatórios e acessórios e todos os elementos necessários para demonstrar a garantia do cumprimento dos prazos parcelares e do prazo global da empreitada.

O Plano de trabalhos deve ser apresentado sob a forma de Diagrama de Barras tendo como escala de tempo o mês e conter:

- Data de início, fim e duração, em dias, de cada atividade;
- Quantidades de trabalho que estão associadas a cada atividade;
- Precedências e ligações de cada atividade.

f.2) **Plano de equipamentos**, elaborado em sintonia com o plano de trabalhos, acompanhado de descrição que mencione o equipamento principal a utilizar na obra e, se for o caso, o equipamento e ferramentas de características especiais cuja utilização na realização da obra considere indispensável;

f.3) **Plano de mão-de-obra**, com os efetivos mensais, expressos em efetivos x dia de cada categoria profissional, ao longo do prazo da execução da empreitada, elaborado em sintonia com o plano de trabalhos.

g) **Plano de pagamentos**.

h) **Cronograma Financeiro**, contendo um resumo dos valores globais correspondentes à periodicidade definida para os pagamentos, subdividido pelas componentes da execução de trabalhos a que correspondam diferentes fórmulas de revisão de preços;





i) **Pode ainda integrar a proposta** quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do art.º 57.º do CCP.

2. Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos (até à segunda casa decimal) e por extenso e não incluem o IVA, devendo o concorrente mencionar expressamente se lhe acresce esse imposto, à taxa legal em vigor. Em caso de divergência prevalece o indicado em algarismos.

4. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

5. A **classificação**, nos termos da lei, de **documentos** que constituem a proposta, para efeitos da restrição ou da limitação do acesso aos mesmos na medida do estritamente necessário, deve ser requerida pelos interessados, **até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas**, obedecendo ao previsto no art.º 66.º do CCP.

### **Artigo 11.º – Idioma dos documentos da proposta**

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

### **Artigo 12.º – Propostas Variantes**

1. Não é admitida a apresentação de propostas variantes.
2. Para efeitos do presente procedimento, proposta variante é aquela que, relativamente a um ou a mais aspetos do contrato a celebrar contenham atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas nos termos expressamente admitidos pelo caderno de encargos.
3. Nos casos em que o convite não permita a apresentação de propostas variantes, cada concorrente só pode apresentar uma única proposta.

### **Artigo 13.º – Prazo para a manutenção das propostas**

Os concorrentes ficam obrigados a manter as suas propostas durante um período de 100 dias contados da data do termo do prazo fixado para a sua apresentação, que se prorroga sucessivamente por períodos de 30 dias, no caso de no decorrer de cada período os concorrentes nada declararem em contrário.

### **Artigo 14.º – Apresentação das Propostas**

1. As propostas e os documentos que a constituem devem ser apresentadas, **até às 23:59:59 h do 15.º dia (contínuos)**, a contar da data do envio do envio deste convite.
2. Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados na plataforma eletrónica indicada, devendo todos eles ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios ou dos seus representantes legais, devendo os interessados prever o tempo necessário para a sua inserção e submissão, nos termos legais.
3. A assinatura eletrónica suprarreferida deve ser aposta mediante utilização de um certificado digital que reúna os seguintes pressupostos:
  - a) Seja um certificado de assinatura eletrónica qualificada;



b) Contenha as informações que permitem relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do concorrente.

4. O cumprimento do requisito previsto na alínea b) do número anterior pode ser substituído pelo carregamento na plataforma eletrónica de um documento que permita comprovar os poderes de representação de quem dispõe o assinante.

5. Os documentos que constituem a proposta devem cumprir o estipulado no Regulamento Nacional de Interoperabilidade Digital (RNID), que define as especificações técnicas e os formatos digitais a adotar pela Administração Pública, nos termos previstos na Lei n.º 36/2011, de 21 de junho, e ser inseridos nos respetivos campos da plataforma eletrónica. São ainda aceites documentos nos seguintes formatos digitais: \*.dwg, \*.doc, \*.xls, \*.mpp ou \*.pdf.

6. Os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada, em relação à qual o concorrente declare aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

7. No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento concorrente, a assinatura eletrónica a que se refere os números anteriores deve ser aposta pelo representante comum dos membros que o integram, mediante a utilização de um certificado digital que cumpra os requisitos previstos no ponto 3., caso em que devem ser ainda juntos os respetivos instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros; não existindo representante comum, os documentos devem ser assinados por todos os membros do agrupamento ou pelos respetivos representantes.

### **Artigo 15.º – Retirada de Proposta**

Nos termos do artigo 137.º do CCP, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las e submetê-las novamente, caso o pretendam.

### **Artigo 16.º – Leilão eletrónico**

Não haverá lugar à realização de leilão eletrónico.

### **Artigo 17.º – Critério de adjudicação**

O critério de adjudicação será o do preço ou custo enquanto único aspeto de execução do contrato a celebrar.

### **Artigo 18.º – Adjudicação por lotes**

As peças do procedimento não preveem a adjudicação por lotes em virtude de se entender que por motivos de urgência relacionados com os prazos para a execução de projetos destinados à promoção de habitação a custos acessíveis, ao abrigo do programa “Parque Público de Habitação a Custos Acessíveis” e por imperativos técnicos e funcionais, a gestão de um único contrato revela-se mais eficiente para a entidade adjudicante, não se prevendo assim a adjudicação por lotes.

Além disso, a celebração de um único contrato, cuja execução seja assegurada por uma única entidade, permitirá uma maior eficiência na gestão dos trabalhos da empreitada e na avaliação da performance contratual do empreiteiro por parte do dono da obra, considerando-se que,



efetivamente, no caso, a dimensão dos trabalhos em causa, se realizados por diversos cocontratantes seria demasiado exigente do ponto de vista do controlo e coordenação das respetivas atividades, em cada momento, por parte do dono da obra.

### **Artigo 19.º – Visita ao local dos trabalhos**

1. Durante o prazo fixado para a entrega das propostas, os interessados poderão, mediante marcação prévia a efetuar na plataforma ACINGOV, inspecionar os locais de execução da obra e realizar neles os reconhecimentos e estudos que entenderem indispensáveis à elaboração das suas propostas, devendo inteirar-se das condições que influam no modo de execução da obra.
2. Os interessados não poderão, em caso algum, invocar a ausência dos aludidos reconhecimentos ou estudos para condicionar a apresentação da sua proposta.
3. Independentemente das informações fornecidas nas peças patenteadas a concurso, entende-se que, com a apresentação da sua proposta a concurso, o concorrente se inteirou localmente das condições de realização de todos os trabalhos referentes à empreitada, tendo procedido a todas as avaliações, indagações e medições para o efeito necessárias, tendo inclusivamente procedido à verificação das estruturas e dos equipamentos existentes e de todos os factos e circunstâncias relevantes para desenvolvimento de todos os trabalhos objeto do presente concurso.
4. Os interessados que efetuarem os estudos e / ou reconhecimento referidos em 1, fazem-no por sua própria responsabilidade, sendo da sua responsabilidade as autorizações que se mostrem necessárias bem como o pagamento de eventuais indemnizações por prejuízos causados com os referidos trabalhos.
5. Os interessados deverão ter em consideração os diversos aspetos condicionantes ao desenvolvimento da obra, e execução dos trabalhos, nomeadamente, as relacionadas com a localização da obra e com a necessidade da realização de mudanças dos moradores entre as diversas fases.

### **Artigo 20.º – Retirada das propostas**

1. Até ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado, podem retirá-las, bastando comunicar tal facto à entidade adjudicante.
2. O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.



### **Artigo 21.º – Lista dos concorrentes**

No dia imediato ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas, os serviços da DPGOM procedem publicitação da lista dos concorrentes na Plataforma Eletrónica, com endereço eletrónico <http://www.acingov.pt>.

### **Artigo 22.º – Negociação**

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

### **Artigo 23.º – Esclarecimentos e suprimento de propostas**

1. Os Serviços da DPGOM do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeitos da análise e da avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinem a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.
3. Os Serviços da DPGOM deve solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimento de irregularidades formais das suas propostas que careçam de ser supridas, desde que tal suprimento não seja suscetível de modificar o respetivo conteúdo e não desrespeite os princípios da igualdade de tratamento e da concorrência, incluindo, designadamente:
  - a) A não apresentação ou a incorreta apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta, incluindo as declarações dos anexos i e v ao presente Código ou o Documento Europeu Único de Contratação Pública;
  - b) A não junção de tradução em língua portuguesa de documentos apresentados em língua estrangeira;
  - c) A falta ou insuficiência da assinatura, incluindo a assinatura eletrónica, de quaisquer documentos que constituam a proposta, as quais podem ser supridas através da junção de declaração de ratificação devidamente assinada e limitada aos documentos já submetidos.
4. Os Serviços da DPGOM procedem à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
5. Os Serviços da DPGOM bem como as respostas esclarecimentos referidos nos números anteriores devem ser disponibilizados na Plataforma Eletrónica de Contratação com endereço eletrónico <http://www.acingov.pt> devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

### **Artigo 24.º – Abertura de Propostas**

A abertura eletrónica das propostas é efetuada pelos Serviços da DPGOM, no dia útil imediato à data-limite para a apresentação das mesmas.



### **Artigo 25.º – Relatório Preliminar (NÃO APLICÁVEL)**

1. O júri elabora fundamentadamente um Relatório Preliminar sobre o mérito das propostas, no qual deve propor a ordenação das propostas, após a respetiva análise e a aplicação do critério de adjudicação constante deste programa de concurso.
2. No relatório mencionado no número anterior, o júri deve também propor fundamentadamente a exclusão das propostas, pelos motivos constantes do n.º 2 e do n.º 3 do art.º 146.º do CCP.
3. Do relatório preliminar deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos termos do disposto no artigo 72.º do CCP.

### **Artigo 26.º – Audiência Prévia (NÃO APLICÁVEL)**

Elaborado o Relatório Preliminar o Júri envia-o a todos os concorrentes (disponibilizando na plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>) fixando-lhes o **prazo de 5 dias** para se pronunciarem por escrito ao abrigo do direito de **audiência prévia**, salvo se tiver sido apresentada uma única proposta, aplicando-se, nesse caso, o disposto no artigo 147.º do CCP.

### **Artigo 27.º – Relatório Final (NÃO APLICÁVEL)**

1. Finda a Audiência Prévia o Júri elabora um Relatório Final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de propostas se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.

### **Artigo 28.º – Decisão de Adjudicação**

1. O projeto de decisão, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.
2. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação da proposta e do projeto de decisão, nomeadamente para efeitos de adjudicação.
3. Cumpridas as formalidades previstas nos números anteriores a Câmara Municipal de Alcanena procede á adjudicação da proposta hierarquizada em primeiro lugar.

### **Artigo 29.º – Notificação da decisão de Adjudicação**

1. A decisão de adjudicação é notificada ao concorrente, indicando-se, quando aplicável, o prazo de suspensão previsto no n.º 3 do artigo 95.º ou na alínea a) do n.º 1 do artigo 104.º, conforme o caso.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para:
  - a) **Apresentar os Documentos de Habilitação** constantes do artigo 31.º deste convite, **no prazo de 10 dias**;
  - b) **Prestar a caução**, (artigos 88.º a 91.º do CCP), indicando expressamente o seu valor conforme artigo 30.º deste convite, **no prazo de 10 dias**;





- c) **Confirmar, os compromissos assumidos** por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada, **no prazo de 10 dias**;
- d) Se pronunciar sobre a minuta do contrato e ajustamentos propostos.

### **Artigo 30.º – Não Adjudicação**

1. Não há lugar a adjudicação quando se verifiquem as causas previstas no art.º 79.º do CCP.
2. A adjudicação da presente empreitada Emp\_DPGOM\_2025\_008 – Reabilitação dos Edifícios Habitacionais denominados de Paróquias de Alcanena, Minde e Vila Moreira, Pré-Fabricado de Vila Moreira e Lavadouros de Alcanena, encontra-se **condicionada à aprovação da(s) candidatura(s) / financiamento assegurado**.
3. Em caso de decisão de não adjudicação, será a mesma bem como os respetivos fundamentos, notificada a todos os concorrentes.

### **Artigo 31.º – Documentos de Habilitação**

1. O Adjudicatário deve apresentar na plataforma eletrónica no sítio <http://www.acingov.pt> (ou se a mesma se encontrar indisponível para o endereço de correio eletrónico, [obras.municipais@cm-alcanena.pt](mailto:obras.municipais@cm-alcanena.pt)) **no prazo de 10 (dez) dias** após a notificação de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:

**a) Declaração** emitida conforme modelo (anexo II do CCP) constante do **Anexo II** a este convite;

**b) Documentos** comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;

**c) Alvará** contendo as seguintes habilitações conforme previsto no Anexo I da Lei n.º 41/2015, de 03 de junho, com a redação dada pela Lei n.º 25/2018, de 14 de junho:

**i) A 1.ª subcategoria da 1.ª categoria, de classe que cubra o valor global da proposta;**

**ii) A 4.ª, 5.ª, 6.ª, 7.ª e 8.ª subcategoria da 1.ª categoria, nas classes correspondentes à parte dos trabalhos a que respeitem;**

**iii) A 1.ª, 9ª e 12ª subcategorias da 4.ª categoria, nas classes correspondentes à parte dos trabalhos a que respeitem;**

**iv) A 1.ª subcategoria da 5.ª categoria, nas classes correspondentes à parte dos trabalhos a que respeitem.**

**d) Certidão do Registo Comercial** com todas as inscrições em vigor ou código de acesso para consulta online.

**e) Declaração RCBE – Registo Central Código Beneficiário Efetivo;**

**f) Declaração** sob compromisso de honra, em que a firma adjudicatária declara que cumpre todas as obrigações legais relativamente a trabalhadores imigrantes e não recorre a trabalhadores ilegais, de acordo com o **anexo IV** deste convite.

**g) Declaração** de cumprimento de RGPD conforme modelo constante do **Anexo VIII**;

**h) Apresentação de um plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas**, salvo se o adjudicatário, for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei, caso em que deve ser apresentado os respetivos comprovativos;

2. Para efeitos de comprovação das habilitações referidas no número anterior, o adjudicatário pode socorrer-se dos alvarás ou certificados de empreiteiros de obras públicas de subcontratados, **mediante a apresentação de declaração através da qual estes se**





**comprometam, incondicionalmente, a executar os trabalhos correspondentes às habilitações deles constantes.**

3. A titularidade dos alvarás e certificados referidos no número anterior é confirmada pela entidade adjudicante mediante consulta à base de dados de empresas de construção do IMPIC, I. P.

4. O adjudicatário ou um subcontratado, nacional de Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu ou do Acordo sobre Contratos Públicos da Organização Mundial de Comércio que não seja titular do alvará ou do certificado referidos nos números anteriores deve apresentar, em substituição desses documentos, uma declaração emitida pelo IMPIC, I.P., comprovativa de que pode executar a prestação objeto do contrato a celebrar por preencher os requisitos que lhe permitiriam ser titular de um alvará ou de um certificado de empreiteiro de obras públicas contendo as habilitações adequadas à execução da obra a realizar.

5. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda a que tal não conste do convite ou do programa do procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe um prazo para o efeito.

6. O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação referidos no n.º 1 artigo 81.º do CCP e nos artigos 2.º ou 3.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, através da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante ou através de correio eletrónico, consoante o procedimento de formação do contrato público tenha utilizado um ou outro meio eletrónico.

7. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

8. Quando o adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos da lei, para que a entidade adjudicante consulte a informação relativa a qualquer dos documentos referidos é dispensada a sua apresentação nos termos do n.º 6.

9. Em caso de deteção de irregularidades nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º, será concedido ao adjudicatário um prazo de **2 dias** para a respetiva supressão.

### **Artigo 32.º – Apresentação de documentos de habilitação por agrupamentos**

1. Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos previstos no n.º 1 do artigo 81.º do CCP e na Portaria n.º 372/2017 de 14 de dezembro devem ser apresentados por todos os seus membros.

2. No caso de se tratar de um procedimento de formação de um contrato de empreitada ou de concessão de obras públicas, todos os membros do agrupamento concorrente que exerçam a atividade da construção devem ser titulares de alvará ou certificado emitido pelo IMPIC, I. P., devendo a empresa de construção responsável pela obra ser detentora de habilitação contendo subcategoria em classe que cubra o valor global daquela, respeitante aos trabalhos mais expressivos da mesma, sem prejuízo da exigência de habilitação noutras classes e subcategorias relativas às restantes obras e trabalhos a executar.

3. É aplicável aos membros dos agrupamentos concorrentes o disposto no n.º 4 do artigo 2.º e no n.º 4 do artigo 3.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.



### **Artigo 33.º – Não apresentação dos documentos de habilitação**

1. Nos termos previstos no art.º 86.º do CCP a **adjudicação caduca** se, por facto que lhe seja imputável, **o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação**:

a) No prazo fixado neste convite;  
b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º;

c) Redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua, salvo se o convite dispuser diferentemente e estabelecer a suficiência da redação dos documentos em língua estrangeira sem necessidade de tradução.

2. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo, **de 3 dias**, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

3. Quando as situações previstas no n.º 1 se verifiquem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

4. Em caso de caducidade da adjudicação a Câmara Municipal de Alcanena deve adjudicar à proposta ordenada em lugar subsequente.

### **Artigo 34.º – Caução para garantir o cumprimento de obrigações**

1. Ao adjudicatário será exigida a prestação de uma **caução no valor de 5% do preço contratual**, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com a celebração.

2. A caução é prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro caução.

3. O depósito em dinheiro ou títulos é efetuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem da entidade adjudicante, devendo especificar o fim a que se destina.

4. Quando o preço total da proposta adjudicada seja considerado anormalmente baixo o valor de caução a prestar é de 10% do valor contratual.

5. O adjudicatário deve prestar a caução **no prazo de 10 dias** a contar da notificação, em conformidade com os modelos constantes dos **anexos** ao convite, devendo comprovar essa prestação junto da entidade adjudicante no dia imediatamente subsequente.

6. A entidade adjudicante pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais pelo adjudicatário.

### **Artigo 35.º – Não prestação de caução**

1. A **adjudicação caduca** se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos no CCP, a caução que lhe seja exigida.

2. No caso previsto no número anterior, a Câmara Municipal de Alcanena deve adjudicar à proposta ordenada em lugar subsequente.

3. A não prestação da caução pelo adjudicatário, deve ser imediatamente comunicada ao Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P.

### **Artigo 36.º – Caducidade da adjudicação**



1. A adjudicação caduca nos termos previstos no art.º 105.º do CCP.
2. A outorga do contrato depende da apresentação atempada dos documentos previstos na alínea b) do n.º 2 do artigo 20.º; caso contrário, a adjudicação caduca por se considerar que a não outorga do contrato é imputável ao Adjudicatário, para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 105.º do CCP.

#### **Artigo 37.º – Aprovação e aceitação da minuta do contrato**

1. A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação.
2. Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica-a (em simultâneo com a comunicação de adjudicação) ao adjudicatário, assinalando expressamente os ajustamentos propostos nos termos do art.º 99.º do CCP.
3. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos **5 dias** subsequentes à respetiva notificação.
4. Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelo adjudicatário devem ser notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

#### **Artigo 38.º – Redução do contrato a escrito**

1. Nos termos do n.º 1 do art.º 94.º do CCP, o contrato será reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.
2. O contrato deverá ser assinado por meios eletrónicos, conforme previsto na alínea b) do n.º 3 do art.º 104.º do CCP, devendo ser celebrado no prazo de 3 (três) dias após a notificação para o efeito.

#### **Artigo 39.º – Encargos do concorrente**

1. São encargos do concorrente as despesas inerentes à elaboração da proposta, incluindo as de prestação de caução.
2. Nos termos do n.º 2 do artigo 94.º do CCP, são ainda da conta do concorrente as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato, que inclui as decorrentes do Visto do Tribunal de Contas, quando a este houver lugar.

#### **Artigo 40.º – Sigilo**

Os concorrentes obrigam-se a garantir o sigilo, quer por si ou seus trabalhadores, quer por seus contratados, quanto a informações, documentos ou dados de que venham a ter conhecimento ou acesso no âmbito do presente concurso ou subsequentes procedimentos, mantendo-se tal obrigação mesmo após o seu termo ou dos procedimentos subsequentes.

#### **Artigo 41.º – Novas Obras (NÃO APLICÁVEL)**

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do CCP, desde já se indica a possibilidade de adoção de um procedimento de Ajuste Direto para a celebração de



um futuro contrato de empreitada de obras públicas, que consista na repetição de obras similares às do objeto do contrato a celebrar em decorrência do presente concurso público.

#### **Artigo 42.º – Tratamento de dados pessoais no âmbito do concurso**

1. Nos termos do disposto na alínea c) do artigo 6.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados, e exclusivamente para efeitos do presente procedimento e do cumprimento de obrigações jurídicas a que esteja adstrita, a entidade adjudicante poderá tratar dados pessoais, nomeadamente de identificação e informação relativa ao registo criminal relativos aos candidatos e concorrentes, incluindo dos seus representantes, órgãos sociais, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, e transmiti-los a terceiros, como seja plataformas eletrónicas de contratação, portal dos contratos públicos e outras entidades públicas ou privadas, na estrita medida do necessário e mediante as adequadas medidas de segurança.

2. Os concorrentes são responsáveis por garantir o cumprimento das formalidades legais para a transmissão dos dados pessoais dos seus órgãos sociais representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, no âmbito do procedimento pré-contratual, obtendo os respetivos consentimentos, quando aplicável, e prestando aos titulares dos dados as informações referentes ao processamento de dados pela entidade adjudicante, em cumprimento do direito à informação.

3. Os dados pessoais relativos aos concorrentes, incluindo dos seus órgãos sociais, representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores são eliminados logo que cesse a obrigação legal ou contratual de os conservar.

#### **Artigo 43.º – Gestor do contrato**

Nos termos do artigo 290º- A do CCP, a entidade adjudicante designará um gestor do contrato, e seu substituto com a função de acompanhar permanentemente a execução do mesmo.

#### **Artigo 44.º – Pareceres**

Não foi indicado pela equipa projetista a necessidade de pareceres de entidades externas.

#### **Artigo 45.º – Legislação aplicável**

1. A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Convite aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, e demais legislação aplicável.

2. As normas constantes do CCP relativas às fases de formação e de execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

3. O adjudicatário, no âmbito do contrato está obrigado à adoção de todas as medidas necessárias ao cumprimento do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, UE 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/04/2016 e demais legislação aplicável.

A Câmara Municipal de Alcanena



## **ANEXO I**

### **MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO CONTEÚDO DO CADERNO DE ENCARGOS**

*[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]*

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em



qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º





## **ANEXO II**

### **MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

*[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]*

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



### **ANEXO III**

#### **MODELO DA PROPOSTA COM INDICAÇÃO DO PREÇO CONTRATUAL**

F... (indicar nome, estado, profissão e morada, ou firma e sede), com sede em ....., pessoa coletiva nº ....., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de ..... sob o nº ....., com o capital social de ....., obriga-se a executar todos os trabalhos que constituem a empreitada de....., no prazo de execução de ....., em conformidade com o Caderno de Encargos, pelo preço contratual de ..... Euros (..... euros), nos termos do disposto nos artigos 60.º e 97.º do Código dos Contratos Públicos, o qual não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

Mais declara que no preço contratual acima indicado estão incluídos todos os suprimentos de erros e omissões que tenham sido identificados e depois aceites pela Câmara Municipal de Alcanena, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos.

Mais declara que se submete, em tudo o que respeitar à execução do contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Local e Data...

Assinatura...



## **ANEXO IV**

### **MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHADORES IMIGRANTES**

..... (nome do empreiteiro), pessoa coletiva n.º .....,  
matriculada na Conservatória do Registo Comercial de ..... sob o n.º .....,  
detentor do alvará n.º ....., com o capital social de ..... com sede em  
..... representado(a) pelos Senhores ..... e  
....., na qualidade respetivamente de ..... e .....  
(no caso de Agrupamento ou Consórcio, identificação de todas as empresas que o constitui),  
declara para os devidos efeitos legais, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 198.º do  
Decreto-Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho, na sua atual redação, que cumpre todas as  
obrigações legais relativamente a trabalhadores imigrantes utilizados na realização dos  
trabalhos da empreitada, designadamente a legislação laboral e as obrigações de declaração  
de rendimentos sujeitos a desconto respeitantes à Administração Tributária e à Segurança  
Social.

Data:

Assinatura:



## **ANEXO V**

### **MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO**

Euros:.....€

Vai .....residente (ou com escritório) em ..., na ..., depositar na ... (sede, filial, agência ou delegação) da ..... (instituição) a quantia de ..... (por extenso em moeda corrente) (em dinheiro ou representada por) ....., como caução exigida para a empreitada de “.....”, para os efeitos do n.º 1 do artigo 88º do CCP. Este depósito fica à ordem de ..... (entidade), a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Data .....

Assinaturas.....



## **ANEXO VI**

### **MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA À PRIMEIRA SOLICITAÇÃO (CAUÇÃO INICIAL)**

Em nome e a pedido de (Adjudicatário) ....., com sede em ....., pessoa coletiva n.º ....., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de ..... sob o n.º ....., com o capital social de ....., vem o Banco ....., com sede em ....., com capital social de ....., registado na Conservatória do Registo Comercial de ....., sob o n.º ... de \_\_/\_\_/\_\_, declarar prestar a favor da Câmara Municipal de Alcanena uma Garantia Bancária autónoma, irrevogável e à primeira solicitação, no valor de ..... Euros (.....euros), correspondente à caução de 5% de .....Euros (valor de adjudicação), prevista no Convite para a adjudicação da empreitada de ....., destinada a garantir o bom e integral cumprimento de todas e quaisquer obrigações emergentes da adjudicação da referida empreitada.

Assim, por força desta Garantia, obriga-se este Banco a pagar à primeira solicitação da Câmara Municipal de Alcanena, sem interferência da garantida e observando o montante acima estabelecido sem que a Câmara Municipal de Alcanena tenha de justificar o pedido e sem que o Banco possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato acima identificado ou com o cumprimento das obrigações que a garantida assume com a celebração do contrato, as importâncias que a Câmara Municipal de Alcanena, lhe solicite, sendo-lhe vedado deixar de o fazer sob qualquer pretexto ou fundamento, bem como a responder, respeitando o mesmo montante, pelas despesas decorrentes da medida judicial a que aquela entidade porventura se veja obrigada a recorrer para demandar a observância dos seus direitos.

O Banco deve pagar as quantias solicitadas pela Câmara Municipal de Alcanena no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações activas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente Garantia autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção nos termos do contrato e da legislação aplicável.

Assegura o Banco, outrossim, que o compromisso aqui assumido satisfaz plenamente as exigências e determinações da legislação portuguesa que é a aplicável e em especial a legislação bancária, sendo o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria o competente para dirimir quaisquer questões relativas à presente garantia, com expressa renúncia a qualquer outro.

Finalmente, declaram os signatários da presente que o Banco e estes estão regularmente autorizados a prestar Garantia Bancária desta natureza, consoante disposição do Estatuto Social do Banco.

É pois de ..... Euros (..... Euros) o valor da presente Garantia.

Data

Assinaturas (Reconhecidas na qualidade).



## **ANEXO VII**

### **MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA (REFORÇO DE CAUÇÃO)**

Em nome e a pedido de (Adjudicatário) ....., com sede em ....., pessoa coletiva nº ....., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de ..... sob o nº ....., com o capital social de ....., vem o Banco ....., com sede em ....., com capital social de ....., registado na Conservatória do Registo Comercial de ....., sob o n.º ... de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, declarar prestar a favor da Câmara Municipal de Alcanena, uma Garantia Bancária autónoma, irrevogável e à primeira solicitação, no valor de ..... Euros (..... Euros), correspondente à substituição da retenção de 5% do valor da faturação para reforço da caução prestada em garantia da empreitada de .....

Assim, por força desta Garantia, obriga-se este Banco a pagar à primeira solicitação da Câmara Municipal de Alcanena, sem interferência da garantida e observando o montante acima estabelecido sem que a Câmara Municipal de Alcanena tenha de justificar o pedido e sem que o Banco possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato acima identificado ou com o cumprimento das obrigações que a garantida assume com a celebração do contrato, as importâncias que a Câmara Municipal de Alcanena lhe solicite, sendo-lhe vedado deixar de o fazer sob qualquer pretexto ou fundamento, bem como a responder, respeitando o mesmo montante, pelas despesas decorrentes da medida judicial a que aquela entidade porventura se veja obrigada a recorrer para demandar a observância dos seus direitos.

O Banco deve pagar as quantias solicitadas pela Câmara Municipal de Alcanena no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente Garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção nos termos do contrato e da legislação aplicável.

Assegura o Banco, outrossim, que o compromisso aqui assumido satisfaz plenamente as exigências e determinações da legislação portuguesa que é a aplicável e em especial a legislação bancária, sendo o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria o competente para dirimir quaisquer questões relativas à presente garantia, com expressa renúncia a qualquer outro.

Finalmente, declaram os signatários da presente que o Banco e estes estão regularmente autorizados a prestar Garantia Bancária desta natureza, consoante disposição do Estatuto Social do Banco.

É pois de .....Euros... (.....Euros) o valor da presente Garantia.

Data

Assinaturas (Reconhecidas na qualidade).





## **ANEXO VIII**

### **(MODELO DE DECLARAÇÃO REFERENTE A RGPD-REGULAMENTO GERAL PROTEÇÃO DADOS)**

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), por este meio, na qualidade de subcontratante do Município de Alcanena, nos termos e para os efeitos no disposto no artigo 28º do Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, e nos termos do qual a sua qualidade de subcontratante exige o cumprimento do referido Regulamento, atesta que:

- Que trata os dados pessoais apenas mediante instruções documentadas do responsável pelo tratamento, incluindo no que respeita às transferências de dados para países terceiros ou organizações internacionais, exceto se for obrigado a fazê-lo pelo direito da União ou do Estado-Membro a que está sujeito, informando nesse caso o responsável pelo tratamento desse requisito, antes de proceder a essa transferência, salvo se tal informação for proibida por motivos de interesse público;

- Garante que as pessoas autorizadas a tratar dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;

- Adota todas as medidas de segurança do tratamento, designadamente:

A pseudonimização e a cifragem de dados pessoais;

A capacidade de assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;

Capacidade de restabelecer a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais de forma atempada em caso de incidente físico ou técnico;

Têm um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia das medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança do tratamento

O cumprimento de um código de conduta ou de um procedimento de certificação poderá ser utilizado como elemento para demonstrar o cumprimento de todas estas obrigações.

- Apenas contratará outro subcontratante se o Responsável pelo Tratamento o autorizar ou, em caso de autorização prévia, comunicará ao Responsável pelo Tratamento a contratação de um subcontratante que deverá respeitar todas as obrigações de tratamento decorrentes do RGPD;

- Presta assistência ao responsável pelo tratamento através de medidas técnicas e organizativas adequadas, para permitir que este cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos seus direitos;

- Presta assistência ao responsável pelo tratamento no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações de segurança no tratamento, notificação à autoridade de controlo e aos titulares em caso de violação de dados pessoais, avaliação de impacto sobre a proteção de dados e consulta prévia, tal como previstas nos artigos 32.º a 36.º, tendo em conta a natureza de tratamento e a informação ao dispor do subcontratante;

- Dependendo da opção do responsável pelo tratamento, apaga ou devolve-lhe todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo do direito da União ou dos Estados-Membros; e

- Disponibiliza ao responsável pelo tratamento todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações que impendem sobre o subcontratante e facilita e



contribui para as auditorias, inclusive as inspeções, conduzidas pelo responsável pelo tratamento ou por outro auditor para este mandatado.

O subcontratante compromete-se a informar imediatamente o responsável pelo tratamento se considerar que alguma instrução viola o RGPD ou outras disposições do direito da União ou dos Estados-Membros em matéria de proteção de dados.

Data e Assinatura